

**MESTRADO
PROFISSIONAL EM
DIREITO, JUSTIÇA E
DESENVOLVIMENTO**

A ESCOLA DE DIREITO DO BRASIL

A Escola de Direito do Brasil (EDB) é Instituição de Ensino Superior voltada ao ensino e pesquisa jurídica de excelência. O modelo pedagógico dos cursos da EDB parte da premissa de que a atual complexidade das relações jurídicas, econômicas, sociais e políticas demandam reflexões capazes de propor soluções efetivas aos crescentes desafios enfrentados por empresas e órgãos públicos na busca do desenvolvimento econômico e social.

A rede de professores da EDB é formada por Doutores e Mestres com formação acadêmica diversificada e plural, obtida nas principais universidades do Brasil e de importantes países como Alemanha, Estados Unidos, França Itália, Reino Unido, entre outros. Nesse sentido, pode-se afirmar que os docentes e discentes da EDB estão inseridos em uma comunidade jurídica de excelência que se destaca pelo reconhecimento acadêmico e profissional e pela promoção de pesquisas, publicações e seminários acadêmicos com repercussões nacional e internacional.

Com o intuito de se tornar um centro de excelência para a educação Jurídica, a EDB apresenta uma proposta diferenciada de ensino que incorpora não apenas as novas oportunidades de exercício profissional para os egressos, mas igualmente os novos métodos de se apropriar do conhecimento jurídico. Atualmente, a EDB tem autorização da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) para a oferta regular do programa de Mestrado Profissional em Direito, Justiça e Desenvolvimento.

Credenciado pela Portaria nº 704 de 13 de julho de 2015, do Ministério da Educação, os cursos da EDB têm como objetivo constante contribuir decisivamente para a formação acadêmica de profissionais para a atuação direta ou indireta na área jurídica.

O QUE É MESTRADO PROFISSIONAL?

Mestrado Profissional é a Pós-Graduação *Stricto Sensu* que se destina à capacitação de profissionais que atuam no mercado de trabalho. Por meio dele, busca-se congrega o conhecimento teórico e empírico com uma metodologia baseada em estudos de casos, aplicando-os no campo específico de atuação. Assim, destina-se ao aperfeiçoamento do exercício de prática profissional avançada, que atenda às demandas contemporâneas do mercado de trabalho e da sociedade, com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento econômico e para a produtividade de organizações públicas e privadas. A vinculação da pesquisa à prática profissional é, portanto, a principal diferença em relação ao Mestrado Acadêmico. A titulação e as prerrogativas do Mestrado Profissional são as mesmas do Mestrado Acadêmico. Por se tratar de uma Pós-Graduação *Stricto Sensu* reconhecida pela CAPES, o Mestrado Profissional da Escola de Direito do Brasil qualifica seus concluintes a postular, por exemplo, o ingresso em Programas de Doutorado.

Público-Alvo

O Mestrado Profissional da EDB foi estruturado com o objetivo de agregar a participação de **diversos perfis profissionais com formação jurídica e de áreas correlatas que trabalham direta ou indiretamente com questões que envolvem Direito, Justiça e Desenvolvimento**. É desejável que os participantes tenham experiência profissional mínima nas respectivas áreas de interesse. A experiência é valorizada de forma a aumentar a qualidade dos debates em sala de aula, permitindo maior troca de experiências e aumento a possibilidade do surgimento de soluções que contribuam efetivamente para o desenvolvimento profissional dos alunos. São exemplos de profissionais que compõem o público-alvo: advogados, consultores jurídicos, magistrados, promotores, defensores públicos, gestores de empresas e servidores públicos.

DIFERENCIAL: Corpo Docente

O principal diferencial do Mestrado Profissional da EDB é, certamente, a qualificação do corpo docente. Os professores da EDB são Doutores e Mestres **formação acadêmica diversificada e plural**. Muitos são autores de livros de referência em suas respectivas áreas de atuação. Além de sólida formação acadêmica, o corpo docente da EDB diferencia-se pela destacada inserção profissional, tanto na esfera privada quanto na esfera pública, o que faz com que os alunos tenham acesso aos debates mais avançados e atuais que ocorrem tanto na teoria quanto na prática. Esse fato acentua o caráter profissional do curso, que não apenas se manifesta apenas na seleção dos estudantes e na metodologia de ensino, mas que já está fortemente presente na composição do Corpo Docente. São professores amplamente reconhecidos e que escolheram dar aula na EDB pelo prazer e desafio de fazer parte de uma comunidade jurídica profundamente engajada.

Fluxo Curricular

O Mestrado Profissional em Direito, Justiça e Desenvolvimento está organizado a partir da oferta de 12 disciplinas de 30 horas, sendo 5 obrigatórias e 12 optativas. As disciplinas são organizadas em bimestres e as **aulas ocorrem quinzenalmente (em média)**, o que permite aos interessados conciliar sua participação no mestrado com o exercício profissional. As disciplinas são oferecidas, prioritariamente, em encontros às **sextas à tarde/noite e aos sábados pela manhã/tarde**. Em média, são realizados **16 encontros anuais**. Além das disciplinas, o aluno deverá elaborar Dissertação, que será submetida à avaliação de banca examinadora composta por membros internos do EDB e externos (convidados). O aluno deverá concluir o curso (disciplinas e dissertação) no prazo máximo de 24 meses.

METODOLOGIA: Estudos de Caso

Uma das principais características do Mestrado Profissional da EDB é a metodologia de ensino, que privilegia a análise aprofundada por meio de **estudos de caso**. Dessa forma, buscase expor o estudante, desde o primeiro semestre, a problemas jurídicos, econômicos e sociais observados no Brasil e em outros países. Além disso, a matriz curricular foi concebida de maneira a fornecer ao aluno uma formação completa e interdisciplinar, envolvendo sobretudo um amplo debate sobre as interações entre Direito, Economia e Política nas esferas pública e privada.

Coordenação



FLÁVIO HENRIQUE UNES PEREIRA

Doutor e Mestre em Direito Administrativo pela Universidade Federal de Minas Gerais. Presidente do Instituto de Direito Administrativo do Distrito Federal. Professor e Coordenador do curso de pós-graduação em Direito Administrativo do Instituto Brasiliense de Direito Público. Professor de Direito Eleitoral. Foi Assessor Especial da Presidência do STF, Presidente da Comissão Especial de Proteção de Dados da OAB Federal, Assessor de Ministro do STJ e Assessor de Ministro do TSE.

DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS

O Programa de Mestrado Profissional surge com uma proposta que valoriza a interdisciplinaridade que faz parte da prática jurídica contemporânea. Reconhecendo o caráter eminentemente prático e dinâmico das profissões jurídicas e correlatas, o Programa oferece aos estudantes tanto o arcabouço teórico para compreender as relações entre Direito, Justiça e Desenvolvimento, quanto as ferramentas necessárias para colocar em prática todo o conhecimento teórico aprendido.

A partir dessa perspectiva, o Programa de Mestrado Profissional está estruturado de acordo com as seguintes áreas de interesse:

- I. Combate à Corrupção e à Criminalidade Econômica;
- II. Empresa e Contratos;
- III. Inovação, Tecnologia e Desenvolvimento;
- IV. Constituição, Políticas Públicas e Democracia.

DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS	(h/a)	Créditos
Democracia, Estado e Sociedade	30	2
Direito e Desenvolvimento	30	2
Economia, Instituições e Desenvolvimento	30	2
Métodos de Pesquisa	30	2
Oficina de Dissertação	30	2

* Corpo Docente e Disciplinas sujeitas a alterações.

ÁREA DE INTERESSE I: CORRUPÇÃO E CRIMINALIDADE ECONÔMICA

A área de interesse “Corrupção e Criminalidade Econômica” busca investigar os preceitos que norteiam a aplicação de instrumentos sancionatórios em casos de desvios de conduta no exercício da atividade econômica, tanto pelas empresas quanto pelos agentes públicos.

ÁREA DE INTERESSE I: CORRUPÇÃO E CRIMINALIDADE ECONÔMICA	(h/a)	Créditos
Criminalidade Econômica e Novas Formas de Persecução Estatal	30	2
Responsabilização de Pessoas Jurídicas por Atos contra a Administração	30	2
Acordos Premiais: Leniência e Colaboração Premiada	30	2
Corrupção, Democracia e Desenvolvimento	30	2

* Corpo Docente e Disciplinas sujeitas a alterações.

ÁREA DE INTERESSE II: EMPRESA E CONTRATOS

O objetivo da área de interesse “Empresa e Contratos” é aprofundar os estudos sobre os aspectos jurídicos e econômicos relacionados ao funcionamento dos mercados e das empresas. Para tanto, está organizado a partir de disciplinas que contemplam reflexões sobre a estruturação jurídica de mercado, a ordem econômica constitucional brasileira, direito dos contratos, mercado de capitais, métodos alternativos de resolução de conflitos e governança corporativa.

ÁREA DE INTERESSE II: EMPRESA E CONTRATOS	(h/a)	Créditos
Ordem Econômica Constitucional: Livre Iniciativa e Intervenção Estatal	30	2
Fundamentos Jurídicos e Econômicos dos Contratos	30	2
Arbitragem e Métodos Alternativos de Resolução de Conflitos	30	2
Direito Administrativo Negocial: modelos de contratos públicos entre o Estado e a iniciativa privada	30	2
Governança Corporativa e Compliance	30	2

*Corpo Docente e Disciplinas sujeitas a alterações

ÁREA DE INTERESSE III: TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

A área de interesse “Direito, Tecnologia e Inovação” fomenta o estudo das relações entre Estado, empresas e cidadãos reformuladas pelo emprego das tecnologias de informação e de comunicação. Com isso, busca-se investigar os desafios impostos à proteção de direitos em um contexto de crescente difusão de informação, e de constante inovação, responsáveis por reformular a dinâmica das relações privadas e das relações que entre o Estado e indivíduos. Projetos que debatam temas como big data, proteção de dados pessoais, sociedade da informação, transparência de informações governamentais e como o desenvolvimento econômico absorveu essas novas ferramentas digitais residem nessa área.

ÁREA DE INTERESSE III: TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO	(h/a)	Créditos
Responsabilidade Civil na Esfera Digital	30	2
Economia Digital: Desafios e Perspectivas	30	2
Tecnologia, Inovação e Desenvolvimento	30	2
Lei Geral de Proteção de Dados: desafios e perspectivas	30	2

* Corpo Docente e Disciplinas sujeitas a alterações.

ÁREA DE INTERESSE IV: CONSTITUIÇÃO, POLÍTICAS PÚBLICAS E DEMOCRACIA

A área de interesse “Constituição, Políticas Públicas e Democracia” propõe discussões sobre as capacidades estatais e as interações institucionais entre os poderes Legislativo, Executivo e Judiciário na promoção de políticas públicas. Nesse campo, enquadram-se os estudos sobre a estrutura política-administrativa brasileira e os limites e possibilidades de controle jurisdicional de políticas públicas.

ÁREA DE INTERESSE IV: CONSTITUICAO, POLITICAS PUBLICAS E DEMOCRACIA	(h/a)	Créditos
Ordem Jurídica-Econômica e Direitos Sociais	30	2
Ativismo Judicial	30	2
Transformações do Estado e Políticas Públicas	30	2
Meio Ambiente, Constituição e Sustentabilidade Socioambiental	30	2

* Corpo Docente e Disciplinas sujeitas a alterações.

Um Olhar sobre o Corpo Docente



GILMAR MENDES

Doutor em Direito pela Universidade de Münster (Alemanha). Mestre em Direito pela Universidade de Brasília. Graduado em Direito pela Universidade de Brasília. É autor de diversos livros na área de Direito, com pesquisas concentradas no campo de jurisdição constitucional e processo constitucional. É Ministro do Supremo Tribunal Federal desde 2002.



GUSTAVO DE OLIVEIRA JUSTINO

Pós-Doutor em Direito Administrativo pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra; Doutor em Direito do Estado pela Universidade de São Paulo (USP); Professor Visitante de Direito Administrativo da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (2012; 2013); Professor de Direito Administrativo na Faculdade de Direito da USP (graduação, mestrado e doutorado).



RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA

Doutor em Direito Tributário Ambiental pela Johann Wolfgang Goethe Universität (Alemanha). Mestre em Direito Tributário pela Harvard Law School. Graduado em Direito pela Universidade de São Paulo (USP). ExProcurador do Estado de São Paulo. É Ministro do Superior Tribunal de Justiça desde 2011.



LUCIANO BENETTI TIMM

Advogado. Pós-Doutor pela Universidade da Califórnia (Berkeley). Doutor e Mestre em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Coursou Master of Laws (LL.M) na Universidade de Warwick (Inglaterra). Foi presidente da Associação Brasileira de Direito e Economia (ABDE).



DANILO DONEDA

Bacharel em Direito pela Universidade Federal do Paraná (1995), Mestre (1999) e Doutor em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (2004). Professor no IDP. Professor visitante na Faculdade de Direito da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Foi Coordenador-Geral de Estudos e Monitoramento de Mercado na Secretaria Nacional do Consumidor do Ministério da Justiça. Foi pesquisador visitante na Università degli Studi di Camerino e na Autorità Garante per la Protezione dei Dati Personali, ambas na Itália.



RICARDO MORISHITA WADA

Bacharel em Direito pela Pontifícia Católica de São Paulo (1991), Mestre em Direito pela Universidade de São Paulo (2003) e Doutor em Direito pela Pontifícia Católica de São Paulo (2017). Foi Diretor do Departamento Nacional de Proteção e Defesa do Consumidor, do Ministério da Justiça (2003-2010). Ex-Presidente do Fórum Ibero-Americano de Agências de Governo de Defesa do Consumidor. Delegado representante do Brasil nas Nações Unidas para a Reforma das Diretrizes para a Proteção do Consumidor. Advogado e Professor Titular

do Instituto Brasiliense de Direito Público.



RICARDO REZENDE

Doutor em Direito Processual pela Universidade de São Paulo (USP), Mestre em Direitos Difusos e Coletivos pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Coordenador dos cursos de pós-graduação lato sensu da Escola de Direito do Brasil (EDB). Juiz Federal do TRF da 3 Região, ex-procurador do Banco Central do Brasil, ex-procurador da Fazenda Nacional e ex-procurador Federal.



FELIPE FAIWICHOW ESTEFAM

Doutor e Mestre em Direito Administrativo pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Mestre (LL.M) em Arbitragem e Direito Empresarial pela Erasmus University Rotterdam. Advogado inscrito nos quadros da OAB-SP. Professor do Programa de Especialização em Direito Administrativo da Coordenadoria Geral de Especialização, Aperfeiçoamento e Extensão da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (COGEAE/ PUC-SP). Autor de diversos livros e artigos.



MARCO TÚLIO MAGALHÃES

Doutor em Direito do Estado pela Universidade de São Paulo. Mestre em Direito, Estado e Constituição pela Universidade de Brasília. Professor no curso de pós-graduação em Direito Administrativo do Instituto Brasiliense de Direito Público. Foi assessor da Presidência do STF e de Gabinete de Ministro do STF. Procurador Federal com atuação nos tribunais superiores.



TATIANA AGUIAR

Especialista em Direito Tributário pelo IBET/SP; especialista em Direito Público pela UFRN; Mestre e Doutora pela PUC/SP. Professora e Advogada.



MÔNICA SAPUCAIA MACHADO

Doutora e mestre em Direito Político e Econômico pela Universidade Presbiteriana Mackenzie, especialista em administração pública pela Fundação Getúlio Vargas, membro do grupo de pesquisa Mulher, Sociedade e Direitos Humanos, coordenadora da pós-graduação em Direito Administrativo e Novas Tendências.



ANDREA ZANETTI

Doutora e Mestre em Direito Civil pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP. Especialista em contratos pela COGEAE. Professora da pós-graduação em Direito Civil e Processo Civil da Escola Paulista de Direito (EPD). Professora da graduação do Instituto de Direito Público de São Paulo – IDP São Paulo. Professora convidada da Escola Paulista de Magistratura de São Paulo (EPM). Membro do Instituto de Direito Privado (IDiP). Advogada.



THOMAS VICTOR CONTI

Doutor em economia, cientista de dados e professor do Insper. É professor convidado no Mestrado Profissional da Escola de Direito do Brasil e na Especialização Modalidade Extensão Universitária em Direito & Economia da Unicamp. Atua como consultor, pesquisador e cientista de dados (em R). Membro da Associação Brasileira de Direito e Economia (ABDE) e da Associação Brasileira de Jurimetria (ABJ). É colunista convidado no

Estado da Arte, do Estadão.



VINICIUS MARQUES DE CARVALHO

Possui graduação em Direito pela Universidade de São Paulo (2001), doutorado em Direito pela Universidade de São Paulo (2007) e doutorado em Direito Comparado - Université Paris 1 Pantheon-Sorbonne (2007). Foi Presidente do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) de 2012 a 2016 e Yale Greenberg World Fellow em 2016. Hoje, é Professor Doutor do Departamento de Direito Comercial da Universidade de São Paulo. Tem experiência na área de direito concorrencial, atuando principalmente nos seguintes temas:

antitruste, políticas públicas, regulação econômica e Compliance.



ANDRÉ CASTRO CARVALHO

André Castro Carvalho é Pós-doutor no Massachusetts Institute of Technology (2016). É Bacharel, Mestre, Doutor e Pós-Doutor (2018) em Direito pela Universidade de São Paulo, tendo sua tese de doutorado recebido o Prêmio CAPES de Tese 2014 como a melhor tese de doutorado em Direito de 2013 no país. Professor de compliance em diversas escolas de negócios, palestrante e treinador corporativo internacional nos idiomas português, inglês e espanhol. Como consultor, esteve envolvido em um projeto internacional de compliance de um banco global em

12 países, e atualmente participa de projetos em empresas brasileiras e em órgãos estatutários de governança corporativa.



JULIANA ABRUSIO

Doutora em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Mestre em Direito pela Università degli Studi di Roma Tor Vergata. Sócia do escritório Opice Blum, Bruno, Abrusio e Vainzof Advogados. Membro da Comissão Especial de Proteção de Dados Pessoais no Conselho Federal da OAB. Membro efetivo e Vice Presidente das Comissões de Direito Digital e de Inteligência Artificial do IASP - Instituto dos Advogados de São Paulo. Coordenadora do Comitê de Direito Digital do CESA - Centro de Estudos das Sociedades de Advogados. Membro da ITechLaw (International Technology Law Association). Autora de

diversas publicações nas áreas do Direito Digital, Proteção de Dados Pessoais e Inteligência Artificial.



MARIA ELISA BRAZ BARBOSA

Doutora e mestra em direito pela Universidade Federal de Minas Gerais. Ouvidora de Fazenda, Patrimônio e Licitações Públicas, na Ouvidoria Geral do Estado de Minas Gerais. Professora de direito administrativo. Foi assessora de Ministro no STJ e chefe de gabinete de Conselheiro no Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais.



MESTRADO
PROFISSIONAL EM
DIREITO, JUSTIÇA
E DESENVOLVIMENTO